

## ACTA Nº07/2005

### ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E UM DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----

-----Aos vinte e um dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e cinco, pelas quinze horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 13 de Dezembro do ano de dois mil e cinco**, com a seguinte:-----

#### -----ORDEM DE TRABALHOS: -----

#### -----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" – (grelha A) -----

-----01.01 – Apreciação e votação da acta nº06/2005, referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 2005.11.18; -----

-----01.02 – Leitura resumida do expediente; -----

-----01.03 – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----01.04 – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

#### -----02- ORDEM DO DIA -----

----- 02.01 – Apreciação e votação da proposta de «Regimento da Assembleia Municipal», nos termos da alínea a), do n.º1, do art.º46º-A, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----02.02 – Discussão e votação dos «valores a considerar para efeitos de Seguro de Acidentes Pessoais, respeitantes aos membros da Assembleia Municipal», nos termos do art.º17º, da Lei n.º29/87, de 30 de Junho – (grelha A); -----

- **02.03** – Apreciação e votação do pedido camarário relativo à emissão de «*declaração de interesse público da ampliação da pedreira denominada Da Aventura, sita em Cova do Lobo, do lugar de Giesteira, da Freguesia de Fátima*» – (grelha A); -----
- **02.04** – Apreciação e votação do pedido camarário relativo à emissão de «*declaração de interesse municipal da ampliação da pedreira denominada Cabeço da Moita Negra, sita em Moita Negra, da Freguesia de Fátima*» – (grelha A); -----
- **02.05** – Apreciação e votação de um pedido da Câmara Municipal para «*Contratação de um empréstimo a curto prazo – Tesouraria 2006*», nos termos da alínea d), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----
- **02.06** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal relativo à «*Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia*», nos termos da alínea c), do n.º6, do art.º64º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----
- **02.07** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao «*Regulamento Municipal sobre licenciamento das actividades diversas – alteração*», nos termos da alínea a), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa aos «*Documentos Previsionais para o ano económico de 2006 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2006/2009*», nos termos da alínea b), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha B); -----
- **02.09** – Constituição da Comissão: «*Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente*», nos termos da alínea j), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

- 02.10** – Constituição da Comissão: «*Educação, Saúde, Cultura e Desporto*», nos termos da alínea j), do n.º1, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----
- 02.11** – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a «*Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*», nos termos do art.º15º, da Lei n.º14/2004, de 8 de Maio – (grelha A); -----
- 02.12** – Eleição de «*um Representante para integrar a Comissão Concelhia de Saúde*», nos termos da alínea f), do n.º1, do art.º12º, do Decreto-Lei n.º335/93, de 29 de Setembro – (grelha A); -----
- 02.13** – Eleição de «*dois Representantes da Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Educação*», nos termos da alínea c), do n.º4, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----
- 02.14** – Eleição de «*quatro Representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*», nos termos da alínea l), do art.º17º, da Lei n.º147/99, de 1 de Setembro – (grelha A); -----
- 02.15** – Eleição de «*um Representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Geral do Hospital de Tomar*», nos termos da alínea b), do n.º1, do art.º25º, do Decreto Regulamentar n.º3/88, de 22 de Janeiro – (grelha A); -----
- 02.16** – Eleição de «*um Representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Geral do Hospital de Torres Novas*», nos termos da alínea b), do n.º1, do art.º25º, do Decreto Regulamentar n.º3/88, de 22 de Janeiro – (grelha A); -----
- 02.17** – Eleição de «*um Representante das Juntas de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal*», nos termos da alínea d), do n.º2, do art.º154º, do Decreto-Lei n.º338/2001, de 21 de Dezembro – (grelha A); -----
- 02.18** – Período de intervenção aberto ao público. -----
- Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----  
-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----  
-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----  
-----António Marques das Neves; -----  
-----António Ribeiro Gameiro; -----  
-----Avelino da Conceição Subtil;-----  
-----Carina João Reis Oliveira;-----  
-----Constantino da Graça Lopes; -----  
-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----  
-----Elias Dias da Silva; -----  
-----Francisco António Dias Vieira; -----  
-----Francisco Caetano;-----  
-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----  
-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----  
-----João Pereira Trezentos;-----  
-----Jorge Manuel Reis Heleno;-----  
-----José Augusto Dias dos Reis; -----  
-----José Custódio Ribeiro Faria;-----  
-----José da Silva Pereira; -----  
-----José Ferreira Vieira;-----  
-----José Maria do Padre Castelino e Alvim; -----  
-----José Maria Henriques de Sousa; -----  
-----Luís de Sousa e Silva; -----  
-----Manuel Lourenço Dias;-----  
-----Manuel Rodrigues Antunes;-----  
-----Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----  
-----Maria Celeste Gonçalves Henriques; -----  
-----Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----

-----Mário João de Oliveira Santos; -----

-----Natálio de Oliveira Reis; -----

-----Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco;-----

-----Rui Pedro Marto Pereira; -----

-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----

-----Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----

----- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

-----Filipe de Jesus Janeiro; -----

-----Francisco Gonçalo Nunes André;-----

-----Manuel Tavares Lopes. -----

----- Não compareceu, nem justificou a respectiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

-----Joaquim dos Reis Gonçalves. -----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

-----David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade; -----

-----João Manuel Moura Rodrigues; -----

-----Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

-----José de Oliveira Fernandes; -----  
 -----José Manuel Pereira Alho; -----  
 -----Nuno André Oliveira Mangas Pereira. -----  
 -----Antes de dar início aos trabalhos agendados para esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o plenário de que o membro da Assembleia Municipal, senhor **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO**, eleito nas listas do Partido Comunista Português – CDU, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se substituir pelo senhor **LUÍS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, casado, de cinquenta e sete (57) anos de idade, docente, residente na Rua João Luís, número trinta, rés do chão esquerdo, Parede, portador do Bilhete de Identidade número seiscentos e quarenta e sete mil trezentos e nove (647309), emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa em vinte e dois de Novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove (22/11/1999) e possuidor do número de Contribuinte cento e vinte e seis milhões duzentos e quatro mil quinhentos e trinta e cinco (126204535).-----  
 -----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----**  
**01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO SEIS BARRA DOIS MIL E CINCO, REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A DEZOITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO. -----**

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----  
 -----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **CORRECÇÃO DO SECRETARIADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, na página cinco, décima sexta linha, onde se lê «... apresentou a seguintes correcção ...», deve ser retirado o «s». -----

Na página vinte e um, oitava linha, deve constar a palavra «... mais 1.250.000€ sem **que** a Câmara...». -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** referiu que no *Período de Intervenção Aberto ao Público* a acta é omissa quer na resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara à questão colocada pelo membro da Assembleia Municipal, senhor José Augusto Dias dos Reis, quer na intervenção feita pelo Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, senhor Manuel Lourenço Dias relativamente ao uso da palavra dos membros do plenário neste Período. -----

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA** apresentou as seguintes correcções: na página cinco, décima sexta linha e na página quinze na nona e décima segunda linha deve-se retirar a **vírgula** que se encontra à frente do nome do membro da Assembleia Municipal; -----

Na página quinze, vigésima oitava linha, onde se lê «... colocá-lo em pratica ...» deve-se ler «... colocá-lo em **prática** ...»; -----

Na página vinte, quarta linha, a palavra «... Enfiar ...» deve ser escrita com letra **minúscula**. ----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** sublinhou o facto da acta ser omissa relativamente aos considerandos feitos pelo Senhor Presidente da Câmara aquando da discussão da Revisão do Orçamento, nomeadamente, quando assumiu um conjunto de ideias sobre a necessidade e justificação da revisão em causa, afirmando mesmo que a capacidade de endividamento do Município se situava em quarenta por cento da sua capacidade total de endividamento. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, foi a acta submetida a apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.** -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

- Ofício do partido Comunista Português – Grupo Parlamentar, datado de dois de Dezembro do ano em curso, remetendo dando conhecimento das propostas apresentadas e rejeitadas pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP; -----

- Comunicação da Quinta dos Moinhos, sita no Olival dando conhecimento dos seus serviços a nível gastronómico. -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.**-----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

**Informação:** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Em nome do executivo municipal e em nosso nome pessoal, saudamos V. Exas., formulando votos de que o mandato que há pouco iniciámos seja mais um passo considerável no progresso do nosso concelho. -----



A população que nos elegeu conta com a nossa dedicação a esta causa que tão bons resultados tem trazido a Ourém nestes 30 anos de poder local democrático. -----

O mandato que iniciamos será certamente muito difícil, sobretudo devido à atitude centralista do governo e à forma como está a condicionar a actuação do poder local, não cumprindo a Lei das Finanças Locais. -----

Os sucessivos governos têm sido sistematicamente incapazes de controlar a sua própria despesa e, em resultado disso, têm provocado crescentes constrangimentos às autarquias. ----

No que a Ourém diz respeito, os investimentos que tínhamos planeado e que foram executados, contavam com a capacidade de endividamento de médio/longo prazo que tínhamos, de acordo com a Lei das Finanças Locais. -----

Com a decisão do governo de pôr termo a esta capacidade, não cumprindo a lei, o nosso planeamento financeiro ficou gravemente condicionado. -----

Tendo o Município efectuado o volume de investimentos que é conhecido, com as implicações financeiras espelhadas nos documentos anexos, o ano 2006 vai ser um ano de grandes constrangimentos. -----

Mesmo assim, vamos prosseguir com alguns investimentos previstos. -----

Sendo esta a primeira sessão ordinária do mandato e também, por esse facto, a primeira informação que prestamos sobre a actividade municipal, parece-nos adequado percorrer cada um dos objectivos da actividade municipal, ainda que de forma sucinta. -----

## 1. EDUCAÇÃO -----

Estão a decorrer os concursos para construção de jardins de infância em Atouguia, Gondemaria, Cercal e Urqueira, enquanto preparamos os projectos para outras intervenções, com prioridade para Fátima e Ourém. -----

Vamos celebrar protocolos com as Juntas de Freguesia para ampliação do edifício escolar de Mata (Urqueira) e recuperação do jardim de infância de Sandoeira. -----

Ao nível do ensino básico, com a decisão do governo de encerrar escolas com reduzido número de alunos, estamos a preparar-nos para poder fornecer refeições a partir do início de Janeiro de 2006. -----

Começando por Fátima, estamos também a intervir em edifícios escolares, de forma a podermos fornecer refeições e serviços complementares, como o inglês, a educação musical e a educação física/desporto. -----

Está também a decorrer concurso para instalação de computadores nos jardins de infância, após aprovação de candidatura que apresentámos ao POSI. -----

Está em elaboração a carta escolar do concelho, contando-se que, durante o ano 2006, ela possa ser aprovada. -----

De acordo com o que é anunciado pelo governo, conta-se que, após a aprovação das cartas escolares, venha a haver apoios para a reorganização do parque escolar do concelho que, como é fácil de perceber, vai exigir muitos recursos financeiros. -----

## 2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

Continuamos a desenvolver o programa cultural do concelho, com grande preocupação de contenção financeira. -----

É neste contexto que entendemos dever dar prioridade à vida cultural interna do concelho, sempre em parceria com as nossas associações. -----

No que ao desporto diz respeito, concluída a construção de mais alguns equipamentos desportivos, importa agora criar condições para a sua utilização. -----

Pretendemos dedicar a estes equipamentos animadores desportivos que promovam a prática desportiva sob a sigla “Desporto para Todos”. -----

Vamos procurar, logo que possível, prosseguir com o investimento em equipamentos desportivos que ainda faltam. Mas temos a clara noção que a rede de equipamentos que temos é já bastante satisfatória e que ninguém deixa de praticar desporto por falta de espaço adequado, em instalações municipais ou de associações que a Câmara Municipal apoiou na beneficiação das suas instalações. -----

Em termos de património, estamos a trabalhar com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no projecto de intervenção no castelo. Logo que tenhamos o protocolo acordado com a DGEMN e com a Fundação da Casa de Bragança, daremos informação mais detalhada. -----

Estamos também a apoiar a reconstrução da igreja antiga de Olival e estamos a preparar uma primeira intervenção, para pôr termo ao processo de degradação da capela de S. Sebastião, imóvel recentemente doado ao município. -----

O projecto da Casa do Administrador está a ser reformulado, de acordo com as orientações do Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, para apresentação de candidatura ao Programa PIQTUR. -----

### 3. ACÇÃO SOCIAL -----

A Câmara Municipal, a este respeito, apoia o investimento das IPSS e atribui apoio à frequência de pessoas do concelho em instituições como a Casa do Bom Samaritano, a Casa da Criança e o Centro de Acolhimento Temporário. -----

O serviço social que é prestado pela Câmara Municipal tem sido direccionado, nos últimos tempos, para as situações decorrentes dos incêndios do último Verão, particularmente para a construção de casas para famílias que as perderam. -----

Temos também apoiado as famílias na elaboração de candidaturas a outras entidades e apoiado a realização de reuniões com técnicos do Ministério da Agricultura para a implementação de acções de reflorestação. -----

### 4. SAÚDE -----

Esta área não tem intervenção directa do município. No entanto, procuramos promover a criação de melhores condições de atendimento às populações que, no concelho de Ourém, não têm um serviço de qualidade. -----

Os edifícios multiusos que temos em projecto procuram criar condições adequadas para este serviço, à semelhança do que já fizemos em Freixianda. -----

Estamos preocupados com a intenção anunciada do governo de encerrar Serviços de Atendimento Permanente (SAP). -----

Sendo o segundo maior concelho do distrito, em termos populacionais, e sem hospital, o encerramento do SAP de Ourém seria uma medida altamente gravosa para a qualidade de vida da nossa população. -----

A este propósito pedimos já esclarecimentos às entidades competentes. -----

## 5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Temos diversos planos em elaboração, concretamente os Planos de Urbanização de Ourém, Caxarias e Freixianda, os Planos de Pormenor das Zonas Industriais e o Plano de Pormenor da Área entre as Avenidas Papa João XXIII e D. José Alves Correia da Silva. -----

Estão em fase de conclusão dois importantes projectos para Ourém: o projecto do novo terminal rodoviário e centro de empresas e o projecto do edifício Ourém Shopping, para o espaço do antigo mercado onde actualmente funciona o terminal rodoviário. -----

Temos em curso o trabalho de remodelação da rede eléctrica da zona histórica, para retirar os cabos aéreos. -----

Quanto a intervenções de requalificação urbana, preocupa-nos a situação de Fátima pois temos projectos aprovados e não temos, até agora, nada de concreto em termos de financiamento. Anexamos cópia de comunicação recentemente enviada ao Sr. Primeiro Ministro. -----

## 6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

Está em fase de conclusão a reabilitação do túnel de saneamento de Fátima. -----

Com a conclusão deste sistema de Fátima, estão concluídas as soluções de tratamento de esgotos para o concelho. -----

No futuro, vamos ter que fazer ainda um grande investimento em redes. -----

Já possuímos vários projectos e estamos a elaborar outros, contando-se que os mesmos possam vir a ter financiamento do QREN 2007-2013. -----

Ouvimos há dias o Sr. Primeiro Ministro referir que o financiamento comunitário vai ser possível para parcerias público-privadas. A ser assim, estão criadas condições para a procura de um parceiro estratégico que possa vir associar-se ao investimento e gestão do nosso sistema de saneamento (Seiça e Alto Nabão). -----

Temos em elaboração o projecto para o novo canil/gatil municipal, procurando com ele criar melhores condições para o desempenho das responsabilidades municipais e, se possível, apoiar as famílias em períodos de ausência do domicílio. -----

No âmbito intermunicipal, estamos a trabalhar na criação de um forno crematório intermunicipal. -----

#### 7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Após os incêndios do último Verão, estamos a reformular a candidatura que tínhamos em execução para criação de pontos de água e para a limpeza de faixas de protecção. -----

A grande preocupação que temos é que a florestação das áreas ardidas se faça de forma ordenada. -----

Estamos a colaborar com os serviços do Ministério da Agricultura e estamos disponíveis para colaborar com os proprietários na criação de ZIF (Zonas de Intervenção Florestal). -----

A Câmara Municipal apoia as corporações de bombeiros do concelho nos seus investimentos e atribui uma verba mensal para despesas de funcionamento. -----

#### 8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

Em resultado da renegociação do contrato de concessão do sistema de abastecimento de água, está em fase de arranque o programa de investimentos na melhoria dos sistemas, num total de quinze milhões de euros, ao longo do período da concessão. -----

Estamos em negociações com um dos proprietários de terrenos e construções do Agroal, tendo em vista o lançamento do concurso para execução do projecto já aprovado e com financiamento de 20% do programa PIQTUR. -----

Depois de algumas dificuldades por parte do gabinete projectista, está de novo em elaboração o projecto do aeródromo regional de Fátima. -----

De acordo com o gabinete PROGITAPE, deveremos ter o estudo prévio nos primeiros dois meses de 2006. -----

Conforme é do conhecimento público, estão em desenvolvimento diversas parcerias, com destaque para os projectos Leiria Digital, Parque de Negócios de Fátima, Campo de Golfe de Caxarias e Centro de Congressos de Fátima. -----

No âmbito do Centro de Negócios de Ourém, em parceria com as associações empresariais NERSANT e ACISO, vamos instalar um centro de acolhimento de empresas no edifício a construir para o terminal rodoviário. -----

É ainda em parceria que entendemos desenvolver a infra-estruturação das futuras zonas industriais. -----

Em resultado de parceria estabelecida entre o município, as associações empresariais e os industriais de mobiliário, decorreu em Outubro passado, no Centro de Negócios de Ourém, o 1º. Salão Internacional do Móvel. -----

#### 9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

Continuamos a intervenção nas estradas e caminhos municipais, por administração directa, com intervenções previstas a curto prazo nas freguesias de Seiça, Formigais, Urqueira , Espite, Olival e Caxarias. -----

Vamos prosseguir, por administração directa, o alargamento de algumas vias, particularmente nas freguesias de Alburitel, Atouguia, Caxarias, Cercal, Espite, Fátima, Formigais, Matas, Olival e Rio de Couros. -----

Conforme já referimos, está em fase final de elaboração o projecto do novo terminal rodoviário de Ourém que contará com o apoio da DGTT. -----

Ainda com o apoio daquela entidade, está a ser elaborado o estudo para eventual implementação de transportes urbanos em Fátima. O relatório final foi entregue, em primeira versão, e está em apreciação. -----

#### 10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

Depois da grande intervenção na margem da Ribeira de Seiça e confrontados com alguns imprevistos resultantes das condições de trabalho para os feirantes e de vandalismo, estamos a estudar algumas correcções e a implementação de um sistema de vigilância. -----

#### 11. JUNTAS DE FREGUESIA -----

No âmbito da colaboração com as Juntas de Freguesia, temos estabelecido protocolos para conservação da rede viária, para construção/beneficiação de cemitérios e casas mortuárias e também para beneficiação de edifícios escolares. -----

Iremos prosseguir com esta actuação, apesar das limitações orçamentais. -----

É também nosso objectivo, no âmbito do projecto Leiria Digital, tornar cada Junta de Freguesia que esteja aberta ao público, uma delegação da Câmara Municipal, para alguns serviços que a isso se adequem. -----

## 12. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

O grande objectivo de momento, a este respeito, é construir o novo edifício dos Paços do Concelho e reorganizar os serviços de obras por administração directa para lhes dar melhor eficácia e melhores condições para que possam cumprir a sua missão. -----

Pretendemos ainda informar que admitimos um novo arquitecto que, a curto prazo, irá certamente resolver o problema dos atrasos que temos na apreciação dos processos de obras particulares, -----

Sra. Presidente, -----

Srs. Secretários, -----

Srs. Deputados, -----

Esta é a informação que se nos oferece sobre a actividade municipal. Ficamos naturalmente à disposição de V.Exas. para as informações que queiram solicitar-nos.” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

### **ANEXO A:** -----

- Ofício remetido ao Ex.mo Senhor Primeiro Ministro relativamente à «requalificação da zona envolvente à Igreja da Santíssima Trindade em Fátima» e respectivo memorando; -----

- Situação económica e financeira da autarquia em 30 de Novembro de 2005; -----

- Relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO** expôs o seguinte: “Esta manhã um jornal diário/nacional de grande tiragem noticiava surpreendentemente que o governo pretende encerrar algumas esquadras da PSP e da GNR no país, entre elas estão as esquadras da PSP de Ourém e de Fátima. -----

Não é a primeira vez que ouvimos ou lemos esta notícia. Que me recorde, a última vez foi em 2003 e na altura o Governo de então desmentiu essas notícias, considerando-as sem fundamento e que a existir alguma mudança, seria feita em diálogo com as autarquias e com as populações. -----

Ora, a serem verdade estas notícias de hoje, têm obviamente o meu total repúdio. Considero-as inaceitáveis e bastantes lesivas para a população do concelho de Ourém, já que, de uma só assentada, ficamos sem a PSP de Ourém e de Fátima. -----

Desta forma, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara em dois sentidos: -----

1) Se tem conhecimento desta notícia e de que forma: através do Ministério da Administração Interna ou do Governo Civil? -----

2) O que pretende fazer para travar um cenário que será bastante negro em matéria de segurança para o concelho?" -----

= **JOÃO PEREIRA TREZENTOS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Espite, recordando tratar-se de uma Freguesia fustigada em quase cem por cento pelos incêndios no Verão findo, sublinhou a dificuldade em incentivar as pessoas a limpar e a reflorestar os pinhais, pois a população sente-se desmotivada face às despesas que isso acarreta. -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, salientou a carência da Freguesia a nível de saneamento e questionou o eventual alargamento das estradas que embora pertençam a esta Freguesia confinam com outras Freguesias nomeadamente Gondemaria e Olival, onde já se procedeu ao respectivo alargamento. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** apresentou os seguintes três pontos de reflexão: -----

1 - No seu entender, o Senhor Presidente da Câmara deveria ter traçado algumas linhas gerais relativamente ao processo do IC9, obra prometida de todos os Governos e cores partidárias e reivindicada por todos há muitos anos, a qual se encontra sob auscultação da população e sobre a qual muitos munícipes têm questionado os membros deste Órgão, nomeadamente, se é verdade que está sob auscultação; se de facto há três traçados; se o processo pode ou não ser consultado. -----



----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que quando o Município recebeu o Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental, o mesmo foi divulgado através de editais, tornando público a possibilidade da população proceder à sua consulta quer nas Juntas de Freguesia quer na Câmara Municipal. -----

2 - Relativamente à questão relacionada com o financiamento inerente à requalificação da zona envolvente à Igreja da Santíssima Trindade, sublinhou a responsabilidade da Câmara nesta matéria, pois, conforme disse, há cerca de dois anos e meio estranhou que houvesse uma candidatura de requalificação de uma Avenida a um programa de turismo como é o PIQTUR. Além disso, a Câmara assumiu o compromisso junto do Governo de então, de conseguir fundos para a obra do túnel, ficando o Santuário responsável pela verba relativa às expropriações. Presentemente, perante a informação de é o Santuário que ficará responsável pela obra do túnel, questionou, quem assumiria o pagamento das expropriações. -----

----- Quanto a esta questão, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que a leitura total dos documentos demonstra bem que os primeiros contactos efectuados a fim de colmatar a situação datam de início de dois mil e um, aquando do pedido de agenda de reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, o que até agora ainda não obteve resposta. - Referiu ainda que se trata de uma obra pública onde o Governo tem responsabilidades e por isso a insubsistência do Município. -----

Mais salientou que foi feita a candidatura ao Programa PIQTUR porque tanto este como o Programa PITER admitem candidaturas inerentes a infra-estruturas em zonas de importância turística. -----

3 - Tendo conhecimento através da comunicação social do eventual encerramento das Esquadras da PSP de Fátima e Ourém, informou de que a sua bancada tenciona apresentar no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos uma proposta relativamente à matéria. -----

----- Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente da Câmara disse que também havia tido conhecimento desta matéria através das notícias matutinas e, tratando-se de um assunto recorrente, já anteriormente havia solicitado uma reunião ao Senhor Secretário de Estado da Administração Interna a fim de abordarem a problemática de falta de meios

humanos nas Esquadras da PSP de Ourém e Fátima, no Posto da GNR de Ourém e bem assim da carência de instalações da Esquadra da PSP de Ourém. -----  
 = **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, relativamente ao forno crematório intermunicipal, pretendeu saber se já havia decisão sobre o município a contactar e quais os moldes em que iria assentar o seu funcionamento, tendo-lhe sido respondido que a intenção é instalar o forno crematório em Leiria como projecto da Área Metropolitana de Leiria. -----  
 ----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.** -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

**Voto de pesar:** “Muitos foram os trágicos acontecimentos que se passaram no nosso concelho, nomeadamente os incêndios que fustigaram muitos hectares de floresta e que fizeram desaparecer algumas habitações, deixando famílias inteiras sem nada, sem o fruto do seu trabalho de muitos anos. -----

Foi também o ano em que o Concelho de Ourém perdeu, recentemente, algumas das suas figuras mais importantes, que se destacaram nas mais diversas vertentes e que, pelo seu trabalho e grandeza de carácter, irão perdurar sempre na nossa memória e nos anais da História de Ourém e que agora o Grupo Parlamentar do PSD pretende homenagear. -----

Falo de Bernardino Lopes Ribeiro, conhecido artista e carpinteiro, cuja excentricidade fizeram dele um nome emblemático no panorama artístico ourensense. O seu talento (muito à frente do seu tempo), o seu estilo sui géneris e o amor à arte não podem ser esquecidos, aliás, ficarão sempre presentes e imortalizados na sua vasta obra. -----

A segunda personalidade que pretendemos homenagear é o Sr. Francisco Paisana. Além de muito conhecido pelo seu trabalho de lojista, pela sua forma afável, humilde, simpática e disponível de lidar com os outros, foi sempre muito respeitado pelo bellissimo trabalho de autarca que desenvolveu enquanto Presidente da Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade, destacando-se, ainda, para o facto de ter sido um dos fundadores do Partido Social Democrata de Ourém. -----

Finalmente, gostaríamos de nos reportar a um amigo querido, a um jovem ourensense. Trata-se de Abílio Pedro Faria Aquino, um empresário brilhante, solidário, um homem de grande carácter, de sorriso, simpatia, delicadeza e educação, valores que sempre pautaram a sua atitude e a sua passagem por este mundo. -----

O Grupo Parlamentar do PSD pretende homenagear estas três individualidades do Concelho de Ourém, agradecendo-lhes pelo muito que fizeram pelo Município, nas mais diversas áreas, e propondo um voto de pesar aos seus familiares.” -----

----- **De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu este voto de pesar a votação do plenário, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.** -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: -----

**Voto de pesar:** “Ocorreu recentemente o falecimento de forma inesperada de Abílio Pedro Faria Aquino, gestor empresarial e dirigente associativo bem conhecido de todo o concelho de Ourém. -----

Com uma larga experiência ao nível empresarial, apesar da sua juventude soube construir um percurso de vida de sucesso sem atropelar os outros e em paralelo com a colaboração e apoio às associações e instituições de solidariedade social do concelho. -----

A sua morte constitui uma perda grande para o concelho, tendo em conta o seu dinamismo e capacidade empreendedora de realização, já amplamente demonstrada e o modo desinteressado e discreto como ao longo da sua vida soube ser solidário para com os outros. – Por isso propomos um voto de pesar pela prematura morte deste munícipe.” -----

----- **Submetido a votação do plenário pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade.** -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, abordou os seguintes aspectos: -----

- Manifestou o seu desagrado relativamente a dois factos: primeiro, apenas teve conhecimento da realização da Conferência de Líderes somente no passado dia catorze, quando esta havia sido realizada no dia anterior. Perante isto, decidiu contestar junto da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, tendo-lhe sido dado uma resposta que considerou pouco aprazível, ou seja, cita-se *«Até à presente data nada foi devolvido, pelo que se depreende que a carta foi entregue no local a que se destinava.»*; segundo, a sua colega de bancada só recebeu o convite para o almoço de natal no dia a seguir à sua realização. -----

----- Relativamente à convocatória para a Conferência de Líderes realizada no passado dia treze, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que a mesma havia sido remetida em simultâneo a todos os Representantes dos Grupos Municipais com assento neste Órgão e que todos haviam comparecido à reunião, pelo que sugeriu que contestasse junto dos CTT. ----

- Congratulando-se com a preocupação da Câmara Municipal relativamente à questão da Educação, fez o seguinte reparo: aquando da campanha eleitoral para as eleições autárquicas, o senhor Francisco Vieira disse em relação ao então candidato à Junta de Freguesia de Fátima *«a aposta forte da sua candidatura é a Educação, particularmente a nível da construção e requalificação do Parque Escolar – Básico e Pré-escolar»*. Destas declarações infere-se que a Câmara Municipal é alheia ao anterior mandato e desconhece o real estado das escolas. Além disso, a intervenção da Câmara Municipal no Parque Escolar deveu-se não à candidatura do senhor Presidente de Junta mas sim à manifestação dos pais. -----

- Congratulou-se também com o Governo e com todas as pessoas envolvidas no movimento Pró Ota, pois a edificação do aeroporto neste local, segundo afirmou, é vital para o desenvolvimento do concelho de Ourém. -----

= **LUÍS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, apresentou o seguinte documento: -----

**Documento: “Mais transparência e controlo no Orçamento -----**

O país vive um momento particularmente difícil derivado da crise económica e da incapacidade política de resposta por parte das forças dominantes. Por todo o lado se assiste ao aumento do desemprego, ao ataque aos direitos dos trabalhadores como se os mesmos se tratassem de regalias injustificáveis, a práticas pouco desejáveis como a especulação e a corrupção e ao crescimento das desigualdades sociais. Apesar de tudo, neste meio em que se torna cada vez mais claro que as actuais relações sociais não servem para suportar novo desenvolvimento das forças produtivas, muitos agentes económicos ou ligados à economia conseguem sobreviver mercê de bem arquitectadas redes de interesses que lhes permitem arrecadar avultados benefícios. Obras aprovadas por determinados órgãos de poder, mais tarde, revelam-se inacabadas, incompletas, mal feitas, tendo entretanto já servido para o enriquecimento de interesses privados que, à conta de incompetências, continuarão a enriquecer. -----

Isto passa-se pelo país todo e Ourém parece não fugir à regra como já nos foi possível avaliar. A juntar a práticas menos éticas na condução da actividade económica, assistimos também a atitudes menos dignas por parte de elementos que exercem o poder ao tentar silenciar oposições e impedir o seu contacto no local próprio com os interesses das populações. A informação ao povo essa é prestada de acordo com os interesses. Em momentos eleitorais, a Internet é veículo indispensável para mostrar argúcia, actualização, adaptação ao momento. Fora deles, o contacto é esquecido, o exercício autista do poder é que domina. -----

O orçamento que vamos discutir insere-se assim num quadro de natural desconfiança em relação aos que o apresentam e, simultaneamente, de premente necessidade por parte de determinados órgãos relativamente a financiamentos. Um inquérito feito a partir de uma Universidade aos órgãos autárquicos do concelho de Ourém, denominados Juntas de Freguesia, permitiu concluir, apesar de um elevado (e lamentável) número de não respostas, que estes órgãos não conseguem executar cabalmente a sua função em virtude da exiguidade das verbas que recebem do orçamento de Estado e apesar de as mesmas serem posteriormente reforçadas com transferências a partir da Câmara. -----

Idêntico problema se passaria com as associações desportivas se fossem estas o objecto de inquérito semelhante, ou com associações culturais, ou com cooperativas ou com editoras que prestam notável serviço público em cidades mais pequenas. Permite-nos isto concluir que, num quadro de crise grave do país, em que apesar de tudo de gasta incompetente e principescamente na atribuição de negócios a alguns privados, órgãos autárquicos e associações culturais, desportivas, etc têm monumental precariedade de financiamento e não conseguem executar cabalmente a sua missão. -----

Tal só será possível com uma atitude deferente por parte dos responsáveis autárquicos nas Câmaras, com uma maior preocupação de qualidade e controlo a partir do poder central e com uma exigência radical de transparência e integralidade na utilização de fundos públicos. É por isso que se torna extremamente importante olhar para o orçamento que agora vai ser discutido, em certos aspectos, muito detalhadamente ...” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

**Apelo:** “Já foi aqui dito que está em discussão pública o estudo da avaliação do impacto ambiental do traçado do IC9, entre Alburitel e Batalha. -----

Apelamos daqui a todos, «ambientalistas» ou não, (não será que todos somos ambientalistas, no sentido positivo do termo?), para que apresentem agora as reclamações que entenderem convenientes e que deixem a decisão aos órgãos legítimos. -----

Depois do que se passou (e está a passar) com a implementação do Intermarché e a reformulação da rede viária no local, é agora a obra tão esperada do IC9 que tem que parar porque vivemos num estado que dá um estatuto a alguns seres que o não conquistaram, nem sequer pela competência. -----

Assim, Portugal não vence os desafios de desenvolvimento que, todos o queremos, deve ser equilibrado e respeitador do ambiente, mas sem fundamentalismos.” -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, recordou a ocorrência de há quatro anos atrás aquando da perda do seu mandato para um elemento do Partido Social Democrata, ou seja, o então eleito Presidente de Junta de

Freguesia, argumentando a Lei, recusou-se a aceitar a convocatória para a tomada de posse que na altura fora entregue por mão, processo tido como habitual nos anteriores mandatos e, a agudizar a ocorrência, assistiu-se à mudança de fechaduras do edifício da Junta de Freguesia através da televisão. Na época, estas atitudes magoaram-no muito tanto a si como a toda a sua família, tendo contudo sido gratificante a solidariedade manifestada quer pelos Presidentes de Junta quer pelos membros do Executivo camarário, o que sensibilizadamente agradece. -----  
 Agradecendo ainda a forma como presentemente foi acolhido no seu regresso a este Órgão deliberativo, referiu que a sua missão assenta sobretudo na defesa dos interesses da Freguesia para a qual foi eleito como Presidente, estando sempre disponível para colaborar tanto com os outros Presidentes de Junta como com a Câmara Municipal, caso lhe seja solicitado. -----

----- Face ao exposto, o membro da Assembleia Municipal, senhor **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, solicitando a palavra, lamentou o facto do assunto ter emergido neste momento quando o visado já não faz parte deste Órgão e nem tão pouco se encontra presente. -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

**Documento:** “Boa Tarde, -----

Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal Ourém -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal Ourém -----

Senhores. Vereadores -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Comunicação Social presente -----

No passado dia 3 de Dezembro de 2005, em Saint-Ouen – França, a alguns milhares de quilómetros de Ourém, realizou-se uma grande campanha de solidariedade a favor das vítimas dos incêndios do concelho de Ourém, que devastaram este Verão grande parte da área florestal, casas e bens pessoais. -----

Organizada por luso-descendentes do concelho, através da associação “Os portugueses de Saint-Ouen”, a iniciativa foi apoiada por milhares de pessoas, a maioria portugueses, que desta forma contribuíram para os que ficaram sem nada e agora precisam de recuperar o que o fogo lhes levou. -----

Esta angariação de fundos a favor das vítimas dos incêndios do concelho de Ourém deste Verão é de louvar pelas receitas que gerou – 52.000 euros – em torno de uma grande causa, mas também pelo enorme espírito de solidariedade que as imagens desoladoras dos incêndios nas suas terras natal transmitiram, unindo mais uma vez os emigrantes portugueses. -----

Esta iniciativa não teria tanto sucesso se a amabilidade e voluntarismo dos cantores portugueses não viesse a palco. Foram muitos os cantores de renome da música portuguesa que se deslocaram gratuitamente aquele país, em nome de Ourém e de Portugal para ajudar quem mais precisa. A todos eles o nosso muito obrigado. Este gesto solidário ficará, seguramente, no coração de todos Oureenses. -----

Em Ourém as iniciativas para minimizar os efeitos dos incêndios deste Verão, também produziram resultados. Pelas imagens que puderam ver e sentir de perto, cerca de duas dezenas de jovens da Freguesia das Matas, com a colaboração da Junta de Freguesia e da Protecção Civil de Ourém, realizaram durante o mês de Setembro uma campanha de angariação de bens para as vítimas dos incêndios. Mais uma vez as expectativas foram superadas, e as 5 toneladas de roupas, electrodomésticos, camas, etc, encheram de orgulho aqueles que dedicaram muitas horas a quem precisa. -----

Para além disso ainda juntaram roupas, calçado e brinquedos que serão distribuídos até ao dia de Natal em três instituições concelhias de acolhimento de crianças e jovens. Por vezes os jovens são alheios a estas iniciativas, mas o contributo deixado por este grupo merece o nosso agradecimento. -----

A todos os oureenses, residentes ou emigrantes espalhados pelos quatro cantos do mundo, um feliz natal e um ano 2006 cheio de solidariedade e muito próspero.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista e antes de apresentar os documentos abaixo transcritos, apelou ao Senhor



Presidente da Câmara para que haja reflexão acerca da atitude que a maioria em reunião camarária tem sobre a não atribuição de um espaço físico aos Vereadores da oposição para que possam exercer as funções que lhes foram incumbidas. -----

Conforme disse, após a leitura das actas camarárias, das notícias patentes na comunicação social e bem assim da comunicação do Senhor Presidente da Câmara, ficou estarrecido e perplexo relativamente ao facto do senhor Presidente de Câmara ter negado aos Vereadores da oposição as condições mínimas para poderem exercer o mandato para o qual foram eleitos, quando, tentando cumprir a Lei que é clara nesta matéria, a atitude daqueles se manifesta numa mera tentativa de colaboração em prol da qualificação do trabalho municipal dos Vereadores em sessões camarárias. -----

Mais disse que no anterior mandato ele próprio havia sido lesado pelo mesmo motivo e por isso, neste momento, apela ao Senhor Presidente da Câmara para que considere esta questão a bem do concelho pois os cerca de oito mil eleitores que votaram nos três Vereadores do Partido Socialista são também contribuintes, seus eleitores, cidadãos e população do concelho. Na sua opinião o Presidente de Câmara deve ser Presidente de todos e não apenas dos cerca de doze mil eleitores que votaram no Partido Social Democrata. -----

Citando algumas Câmaras Municipais limítrofes que contemplam nos seus boletins municipais as reflexões e ou comentários que qualquer Vereador entenda expressar acerca das matérias consideradas de interesse municipal, lamentou o facto de aqui não haver o mesmo procedimento, o que, conforme afirmou, contradiz a Constituição que diz, dando razão ao parecer da Alta Autoridade para a Comunicação Social, que as Câmaras Municipais devem fazer com que haja pluralismo na informação, o que se torna inviável quando se verifica que só os Vereadores de um Partido Político podem expor essas mesmas intervenções. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu o seguinte: relativamente àquela primeira questão referiu que as tarefas específicas são atribuídas aos Vereadores em regime de permanência, devendo qualquer esclarecimento ser solicitado junto do Vereador a quem foi incumbido o assunto. -----

No que concerne às intervenções no boletim municipal sublinhou que nenhum Vereador intervém nas publicações do mesmo, somente o Editorial é uma intervenção do Presidente de Câmara, pois, conforme afirmou, o boletim municipal não é um órgão de debate político. -----

**Proposta A:** “O Grupo Parlamentar do PS propõe que as sessões da Assembleia Municipal, tenham como dia normal de realização a sexta-feira e como hora prevista as 21H00, por forma a não prejudicar os períodos de trabalho daqueles que tão abnegadamente se dispõem a colaborar e participar na coisa pública, ao mesmo tempo, que por esta via se permitirá que os Deputados Municipais não vejam os seus afazeres profissionais afastados pela necessidade de fazer reunir este órgão, que diga-se em muitos municípios desta região reúne precisamente e normalmente neste período agora proposto.” -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que normalmente as sessões deste Órgão decorrem à sexta-feira salvo raras excepções, já no que concerne ao horário, por outras ocasiões surgiram propostas neste sentido tendo sido decidido continuar a reunir à tarde. -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA** foi da opinião de que a realização das sessões da Assembleia Municipal às nove da noite e após uma semana de trabalho causa-lhe algum transtorno. Além disso, a participação nas reuniões deste Órgão encontra-se consagrada em Lei, havendo dispensa do horário de trabalho, pelo que votará contra a esta proposta. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, considerando tratar-se de uma matéria sensível, sugeriu que a mesma fosse agendada para uma próxima reunião para que se possa tomar uma posição mais reflectida, dada a existência de vários entendimentos sobre a mesma. -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, concordando com a sugestão apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, salientou a competitividade da economia onde por vezes não há um olhar positivo por parte das empresas. -----

----- Face ao exposto, julgou-se oportuno analisar esta matéria numa próxima reunião. -----

**Proposta B:** “Foram hoje publicadas diversas notícias em vários órgãos da comunicação social de expressão nacional, afirmando que o Governo se encontra a reestruturar a cobertura territorial das Esquadras da PSP e Postos da GNR. -----

Face a estas notícias, ficámos a saber que nesta reforma policial as Esquadras da PSP em Fátima e Ourém se enquadram numa das várias a ser reestruturada ou mesmo condenada a desaparecer. -----

Neste enquadramento, o Grupo Parlamentar do PS afirmando a sua confiança no Governo, não pode deixar de expressar a defesa intransigente dos interesses superiores do nosso concelho, da segurança das nossas gentes e populações e daqueles que visitam Fátima. -----

Por isso, propomos que esta Assembleia Municipal dirija um requerimento ao Governo solicitando todos os esclarecimentos sobre esta eventual tomada de posição, que a ser tomada poderá pôr em causa a estabilidade social, a segurança dos bens e pessoas de todos nós!” -----

----- Relativamente ao eventual encerramento da Esquadra da PSP de Fátima, informou de que, na qualidade de Deputado, havia questionado o Senhor Governador Civil acerca desta matéria, tendo-lhe sido dito que aquela Esquadra não seria encerrada, pelo contrário iria ser reforçada com um conjunto de efectivos que, capacitados para falar Inglês e Francês, dariam apoio aos peregrinos estrangeiros. -----

Apesar desta informação, foi da opinião de que a Assembleia Municipal deveria tomar uma posição no sentido de requerer junto do Governo informação mais específica sobre a matéria. –

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que conjuntamente com os Representantes dos Grupos Municipais com assento neste Órgão, elaborar-se-ia um Requerimento solicitando esclarecimentos ao Governo sobre esta matéria, sugestão que mereceu o consentimento do plenário. -----

---

**REQUERIMENTO**

---

----- Foi remetido ao Ex.mo Senhor Ministro de Estado e Administração Interna, Dr. António Luís Santos Costa o ofício deste Órgão deliberativo número oitenta e cinco, datado de vinte e seis de Janeiro do ano em curso, o qual se passa a reproduzir: -----

“ENCERRAMENTO DE ESQUADRAS DA PSP -----

Em reunião da Assembleia Municipal do concelho de Ourém, distrito de Santarém, realizada no dia 23 de Dezembro do ano transacto, foi deliberado, por unanimidade, enviar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o seguinte pedido de esclarecimento: -----

«Tendo recentemente sido veiculado, em diversos órgãos de comunicação social, um estudo que previa o encerramento de esquadras da PSP em diversas cidades do país, nas quais se incluíam as duas esquadras existentes no concelho (Fátima e Ourém), a Assembleia Municipal deste município entendeu solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> o esclarecimento que entender dar-nos sobre o assunto, de forma a informarmos correctamente a população. -----

Entendemos, ainda, apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> algumas considerações sobre o caso as quais deverão ser ponderadas numa tomada de decisão: -----

- ◆ No que concerne à cidade de Fátima, há que não esquecer os cerca de seis milhões de turistas que anualmente a visitam, e a especificidade do local; -----
- ◆ As instalações da PSP de Ourém são do município que as cede gratuitamente, enquanto que as instalações de Fátima são relativamente recentes; -----
- ◆ Não podemos esquecer a sintonia em que estas duas esquadras trabalham, face às necessidades que emergem principalmente em Fátima, mas também na cidade de Ourém, sede de concelho (ex: feira semanal, concentrações no Centro de Negócios, entre outros). Nestes casos, os efectivos policiais reforçam as necessidades mais prementes; -----
- ◆ Qualquer decisão a tomar sobre o assunto, também não pode esquecer o crescimento demográfico das duas cidades. Enquanto Fátima teve um crescimento de cerca de 43% entre 1991 e 2001, Ourém cresceu 34% nesse mesmo período; -----
- ◆ Demograficamente, o concelho de Ourém encontra-se logo a seguir à sede de Distrito;

- ◆ Sabemos que em 23 de Novembro do ano transacto foi solicitado pelo Sr. Presidente da Câmara de Ourém ao Exmo Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, que houvesse uma redefinição das áreas de abrangência das duas esquadras da PSP, dado que não estavam a ser seguidos os limites urbanos de cada uma das cidades, conforme definido no PDM em vigor; -----
- ◆ Deverá ser tido em conta, o número de efectivos existentes em cada uma destas esquadras, face à população que lhes está adstrita em cada uma das cidades. -----

Somos da opinião que um policiamento de proximidade permite desenvolver um trabalho de combate à criminalidade com muito mais eficácia e diminui com toda a certeza a instabilidade sentida quer pela população quer pelo turismo que nos visita. -----

Certos do bom acolhimento da preocupação que aqui apresentamos, ficamos a aguardar os esclarecimentos que sobre o assunto entender fazer, manifestando o profundo sentimento das populações deste concelho, que só o reforço de homens e meios permitirá alcançar um estágio de segurança e tranquilidade consentâneos com o padrão de vida que neste concelho se almeja.» -----

Em nome pessoal e da Assembleia Municipal a que presido apresento a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> os nossos melhores cumprimentos.” -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

**Intervenção de carácter local:** “O Nobel da Paz esteve no concelho. -----  
Nada mais apropriado nesta quadra natalícia. -----

D. Ximenes Belo personifica a luta de um povo pela liberdade. Timor Leste. -----  
Na bagagem, palavras de paz e solidariedade. Que não são para ser ensinadas, são para ser vividas. -----

Lembrou-nos o seu exemplo: «... a paz (em Timor) não foi mérito nosso para receber o Nobel. O que fizemos foi gritar bem alto que todos os povos têm direito à sua liberdade e à paz.» -----  
A paz é assim uma construção de todos e de cada um de nós. -----

O concelho ficou enriquecido com a sua presença, e como «embaixador» do povo maubere, levou a prontidão da solidariedade das gentes que o receberam. -----

Aproveito esta visita e esta quadra em especial, para deixar também uma mensagem de paz e liberdade numa época tantas vezes invadida pelo consumismo, em que somos tantas vezes escravos do bricolage existencial, lembrando que o mundo é aquilo que fazemos dele. -----

A todos os homens e mulheres de boa vontade aqui fica o meu sincero desejo de um Santo e feliz Natal ... a passagem de ano já pode ser um bocadinho mais pecaminosa!” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: -----

**Declaração política:** “Apesar de ter passado algum tempo desde que foi conhecido o PIDDAC para 2006, não queríamos deixar de tecer algumas considerações sobre aquilo que julgamos ser de interesse para o concelho. -----

Obviamente que nos regozijamos pelo facto de o montante inscrito para o município de Ourém ser de algum significado, principalmente porque inclui a intervenção a efectuar na ER 349 Ourém – Memória. No entanto, há que frisar que a execução do projecto em causa se deve à iniciativa da Câmara de Ourém que, apesar de não ser da sua responsabilidade, entendeu avançar com o mesmo. Note-se ainda que o concurso para a obra foi lançado pelo anterior Governo. -----

Lamentamos no entanto que, apesar da iniciativa e esforço do município, não conste também a EN 356 (ramo norte) – mais conhecida como Av<sup>a</sup> D. José Alves Correia da Silva, a qual não sendo também incumbência da nossa autarquia tem merecido uma atenção especial, tanto mais que tem projecto devidamente aprovado pelas entidades competentes, tal como as *Estradas de Portugal, EPE*, assim como tem sido objecto de várias reuniões em sucessivos Governos. -----

O Governo não pode, nem deve descurar o que é da sua incumbência e muito menos numa cidade com as características de Fátima. Isto para não falar da sucessivamente adiada esquadra da PSP de Ourém. Bem, relativamente à esquadra da PSP parece que, segundo as

notícias que hoje se encontram a ser veiculadas, nem sequer já isso se coloca, pois a intenção é mesmo a de fechar, quer a de Ourém quer a de Fátima. -----

Assim como nos regozijamos com o PIDDAC 2006, também ficamos apreensivos com o Orçamento de Estado para 2006. Nem o facto de nos últimos anos os municípios portugueses apresentarem um superavit nos seus orçamentos valeu, para que o governo pensasse em não os penalizar mais. Para além de não ser cumprida a Lei das Finanças Locais no que toca aos aumentos anuais mínimos da participação das autarquias nos impostos do estado, foi aumentada a comparticipação para a Caixa Geral de Aposentações em 3%, já para não falar do agravamento da taxa do IVA de 19% para 21%, que encareceu a grande maioria dos bens e serviços. Obviamente que tudo isto irá resultar num aumento das despesas correntes dos municípios. Refira-se ainda o contínuo crescer de competências dos municípios sem as correspondentes contrapartidas financeiras. -----

Para terminar lançava aqui o repto aos colegas da Bancada Socialista para que junto do Governo, que é da sua cor partidária, (já que as sucessivas diligências do nosso executivo camarário não têm dado resultado) tentem que parte do bolo dos 200 milhões previstos para contratos-programa no Orçamento de Estado para 2006, sejam destinados à intervenção a efectuar na requalificação da zona envolvente à Igreja da Santíssima Trindade, uma vez que este será um projecto com repercussões no turismo nacional, turismo esse que tanto se apregoa como fonte principal de riqueza em Portugal.” -----

----- Face a esta intervenção e solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, salientou os seguintes aspectos: -----

- No seu entender, para que a Câmara Municipal seja reconhecida como mentora da intercepção junto do Governo para a inscrição em PIDDAC das obras acima mencionadas, a mesma deveria apresentar o ofício por si remetido à Administração Pública Portuguesa a reivindicar isso mesmo. Contudo, há algo de que a Câmara Municipal se deveria regozijar, ou seja, no ano de dois mil e três, foi decidido por unanimidade, iniciar as diligências no sentido de se elaborar o projecto de intervenção na ER 349 Ourém – Memória. De seguida, o Governo anterior decide lançar o concurso através do IEP e o actual inscreve em PIDDAC a verba

adequada para fazer a obra em questão que, conforme foi adiantado pelo senhor Director de Estado, será consignada em Janeiro/Fevereiro e iniciada em Março/Abril próximo. Assim, na sua opinião, o concelho de Ourém deveria regozijar-se pois a mudança de Governo não afectou o decurso do processo, o que por norma acontece. -----

- No que concerne ao Orçamento de Estado das Autarquias, frisou que o Governo, aquando da discussão do Orçamento de Estado, assumiu que não iria cumprir uma das normas da Lei de Financiamento das Autarquias Locais, invocando na hora o artigo oitavo da Lei do Enquadramento do Orçamento de Estado que apela à solidariedade entre as Autarquias e o Governo. -----

Relativamente ao repto da senhora Deputada Municipal aos Deputados Municipais do Partido Socialista para que intercedam junto do Governo para que dos duzentos milhões de euros se retire o suficiente para as obras de requalificação da envolvente da nova Basílica de Fátima, lembrou que o Governo anterior, entre o dia um de Janeiro e doze de Março, comprometeu em contratos-programa trezentos e setenta e quatro milhões de euros, tendo sido assinados mais contratos-programa do que a própria verba que estava inscrita no Orçamento de Estado para o ano de dois mil e cinco. Sabendo-se que estes têm de ser pagos, dos duzentos milhões de euros sobram apenas vinte e nove milhões para o efeito, pois cento e setenta e cinco milhões já haviam sido comprometidos. -----

-----Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE «REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º1, DO ART.º46º-A, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Foi apresentada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal uma proposta de Regimento deste Órgão deliberativo, elaborada pela Mesa nos termos da legislação referida, a



qual para uma melhor análise foi antecipadamente remetido um exemplar a cada um dos membros constituintes do plenário – (**vide processo devidamente arquivado**). -----

-----Aberto o período de intervenções e verificando-se alguma divergência relativamente à redacção dada ao número três do artigo trigésimo nono da proposta de Regimento em análise, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs que a mesma fosse objecto de análise na próxima sessão deste Órgão, proposta que mereceu consentimento por parte do plenário. –

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.02 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS «VALORES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS, RESPEITANTES AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL», NOS TERMOS DO ART.º17º, DA LEI N.º29/87, DE 30 DE JUNHO – (GRELHA A).** -----

-----Foi remetida pelo Município a Informação número trinta e oito, de vinte e quatro de Novembro, do corrente ano, sugerindo que a Assembleia Municipal se pronunciasse acerca da matéria citada em epígrafe, dando assim cumprimento ao estabelecido no artigo décimo sétimo, da Lei número vinte e nove barra oitenta e sete, de trinta de Junho. -----

----- Actualizadas as apólices, foram sugeridos os seguintes valores: -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

-----Morte e Invalidez Permanente – 225.000€ (duzentos e vinte e cinco mil euros) -----

-----Incapacidade Temporária Absoluta – 105€/dia (cento e cinco euros por dia) -----

-----Despesas de Tratamento – 20.000€ (vinte mil euros) -----

----- Membros da Assembleia Municipal -----

-----Morte e Invalidez Permanente – 150.000€ (cento e cinquenta mil euros) -----

-----Incapacidade Temporária Absoluta – 105€/dia (cento e cinco euros por dia) -----

-----Despesas de Tratamento – 20.000€ (vinte mil euros) -----

----- **Aberto o período de intervenções e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO RELATIVO À EMISSÃO DE  
«DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DA AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA DENOMINADA  
DA AVENTURA, SITA EM COVA DO LOBO, DO LUGAR DE GIESTEIRA, DA FREGUESIA  
DE FÁTIMA – (GRELHA A). -----**

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezassete mil e sessenta e seis, datado de vinte e três de Novembro do ano de dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião camarária de catorze de Novembro, daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, no que se refere à ampliação da pedreira denominada *Da Aventura*, sita em Cova do Lobo, do lugar de Giesteira, freguesia de Fátima, numa área de cinquenta e sete mil trezentos e cinco metros quadrados (57.305 m<sup>2</sup>) – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- **Considerando que se pretende ampliar a área de exploração de uma unidade industrial licenciada e considerando também que a ampliação se fará em área destinada a indústria extractiva no Plano Director Municipal, o plenário entendeu aprovar a proposta por maioria, com um voto contra.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “O Grupo Municipal do PS entende que a emissão de declaração de interesse público em causa contribui como factor de relevo para o desenvolvimento económico do nosso concelho, pelo que vota a mesma favoravelmente. -----

Não obstante, não podemos descurar o interesse das populações vizinhas, que é também interesse público, designadamente no que concerne à qualidade de vida destas. Em concreto, no que respeita à remoção dos lixos resultantes desta actividade, níveis de ruído, limpeza das estradas circundantes – damos como exemplo, a estrada à saída do Bairro, junto ao cruzamento para o Casal Farto, que não poucas vezes está coberta de matéria argilosa, com

todos os perigos que daí advêm, degradação das estruturas dos edifícios habitacionais próximos, entre outros. -----

Pugnaremos, pois, e não deixaremos de exigir que se apure da verificação do cumprimento de todas as normas legais em vigor nesta matéria e consideramos que é dever não só do Executivo Camarário mas também desta Assembleia levar a cabo todas as diligências ao seu alcance nesse sentido.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO RELATIVO À EMISSÃO DE «DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA AMPLIAÇÃO DA PEDREIRA DENOMINADA CABEÇO DA MOITA NEGRA, SITA EM MOITA NEGRA, DA FREGUESIA DE FÁTIMA» – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezoito mil e cinquenta e três, datado de treze de Dezembro do ano de dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião camarária de doze de Dezembro, daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, no que se refere à ampliação da área de extracção da pedreira denominada *Cabeço da Moita Negra*, sita em Moita Negra, freguesia de Fátima, deste concelho – **(vide processo devidamente arquivado).**

----- **Considerando que se pretende ampliar a área de exploração de uma unidade industrial licenciada e considerando também que a ampliação se fará em área destinada a indústria extractiva no Plano Director Municipal, o plenário entendeu aprovar a proposta por maioria, com um voto contra.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “O Grupo Municipal do PS entende que a emissão de declaração de interesse público em causa contribui como factor de relevo para o desenvolvimento económico do nosso concelho, pelo que vota a mesma favoravelmente. -----

Não obstante, não podemos descurar o interesse das populações vizinhas, que é também interesse público, designadamente no que concerne à qualidade de vida destas. Em concreto, no que respeita à remoção dos lixos resultantes desta actividade, níveis de ruído, limpeza das estradas circundantes – damos como exemplo, a estrada à saída do Bairro, junto ao cruzamento para o Casal Farto, que não poucas vezes está coberta de matéria argilosa, com todos os perigos que daí advêm, degradação das estruturas dos edifícios habitacionais próximos, entre outros. -----

Pugnaremos, pois, e não deixaremos de exigir que se apure da verificação do cumprimento de todas as normas legais em vigor nesta matéria e consideramos que é dever não só do Executivo Camarário mas também desta Assembleia levar a cabo todas as diligências ao seu alcance nesse sentido.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UM PEDIDO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA «CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – TESOURARIA 2006», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezoito mil cento e vinte e um, datado de catorze de Dezembro do ano de dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião camarária de cinco de Novembro, daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a respectiva autorização. -----

----- Foram ainda remetidas as propostas apresentadas pelas instituições bancárias consultadas – **(vide processo devidamente arquivado)**. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de**

imediate, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com uma abstenção. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO À «DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA», NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º6, DO ART.º64º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezoito mil e cinquenta e quatro, datado de treze de Dezembro do ano de dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião de doze de Dezembro, daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, autorização para proceder à concretização da delegação de parte das suas competências nas Juntas de Freguesia, para o ano de dois mil e seis, quando for julgado conveniente, e de acordo com o disposto no artigo sessenta e seis do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar do modelo de *Protocolo de Acordo* para a delegação de actos de competência da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia – (**vide processo devidamente arquivado**). -----

----- **Aberto o período de intervenção e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.07 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO «REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE LICENCIAMENTO DAS ACTIVIDADES**

**DIVERSAS – ALTERAÇÃO», NOS TERMOS DA ALÍNEA A), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A); -----**

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número dezoito mil e oitenta e sete, datado de treze de Dezembro, do ano dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a doze de Dezembro, do ano em curso, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a apreciação e votação da proposta de alteração do artigo quinquagésimo oitavo do Regulamento citado em epígrafe – **(vide processo devidamente arquivado)**. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.08 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AOS «DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2006 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2006/2009», NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA B). -----**

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dezoito mil e cinquenta e dois, datado de treze de Dezembro do ano de dois mil e cinco, cópia da deliberação camarária tomada em reunião de cinco de Dezembro, daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais referidos em epígrafe, a respectiva apreciação e votação. -----

----- Foi ainda remetida cópia dos documentos acima citados, os quais, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os membros deste

órgão deliberativo – (**ver processo devidamente arquivado no gabinete da Assembleia Municipal**). -----

----- A fim de facultar ao plenário um conhecimento mais pormenorizado e resumido relativamente à matéria em análise, foi elaborada uma projecção em tela – (**vide processo devidamente arquivado**) – a qual foi comentada de forma clara e concisa pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a forma como foi exposta a matéria, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara -----

Ex.mos Vereadores -----

Ex.mos Deputados Municipais -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Da mesma forma que criticamos a pobreza do documento da Proposta de Revisão do Orçamento 2005, discutida na última sessão extraordinária, queremos realçar o bom trabalho realizado pela equipa técnica que preparou e apresentou o documento em análise. -----

Se na apresentação do documento, o executivo camarário passou o teste com honrosa menção, já no que concerne ao seu conteúdo, a proposta de Orçamento e GOP's, no nosso entender, não vai além do medíocre, embora reconhecendo algum equilíbrio entre Despesa/Receita de Capital e Despesa/Receita Corrente. -----

Medíocre porquê? -----

- Porque as prioridades de investimento são de opção e retorno duvidoso. -----

- Porque em 2006, vamos pagar a factura do despesismo eleitoralista registado no último ano; -

- Porque consideramos que as verdadeiras necessidades para o Concelho não estão contempladas; -----

- Porque continuamos a verificar que não estão a ser dados os passos fundamentais para a criação de condições para apoiar as nossas empresas e empresários, factores essenciais ao

desenvolvimento harmonioso e sustentado do nosso Concelho e garantes da prosperidade das nossas populações. -----

Trata-se, pois, de uma proposta de aplicação de recursos escassos cujo objectivo prevê o desinvestimento nos primeiros períodos de execução, para que no final haja razões para o corte de fitas. É assim um documento que obrigará o Concelho a marcar passo durante alguns anos para que os objectivos de uns sejam cumpridos à custa do bem comum. -----

A título de exemplo: -----

- Os investimentos na educação prevêem períodos de forte investimento a partir de 2007 e que se prolongarão até 2009. Perguntamos, porque será? -----

- No que respeita aos investimentos em «Cultura, Desporto e Tempos Livres», somos contemplados pelo pagamento do Estádio Municipal de Fátima. E como manda a «praxe», voltaremos a ter investimentos avultados em 2008 e 2009; -----

- Os investimentos na Acção Social são praticamente inexistentes, residente aqui uma forte diferença de prioridades entre a política deste executivo e aquela que o PS preconiza realizar, pois consideramos as PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR. -----

- Quanto aos investimentos no Saneamento e Salubridade consideramos que se trata de investimentos prioritários adiados, pois os investimentos apenas serão concretizados com os apoios do novo QCA e neste capítulo já se poderão fazer contas uma vez que foi possível negociar um QCA 2007/2013 bastante favorável para o nosso país; -----

- Outro ponto que sustenta a nossa análise quanto à factura a pagar em 2006, são os 2.165.000€ previstos para o Parque Linear. Neste capítulo ainda há a acrescentar as verbas necessárias para fazer face às alterações resultantes de uma obra feita à pressa e sem o necessário rigor. -----

- Relativamente ao investimento nos Paços do Concelho, consideramos tratar-se de uma OBRA DO REGIME, de valores megalómanos e de retorno duvidoso. Os cerca de 6,2 Mºs €uros previstos são investimento em imobilizado fixo, o qual na nossa opinião é desnecessário, ainda mais numa fase em que todos os agentes económicos são obrigados a praticar políticas de contenção de despesas. Estamos convictos que os mesmos valores aplicados em factores



de competitividade para o nosso tecido empresarial se transformariam em factores multiplicativos da riqueza do nosso Concelho. -----

E neste capítulo, i.e., no que respeita ao apoio às nossas empresas e empresários, o documento proposto é uma grande decepção, pois, o apoio dado às nossas empresas, em infraestruturas e outros factores relevantes para a dinamização empresarial é muito abaixo do que aquilo que previsionalmente as mesmas irão pagar em derrama. Para 2006, o documento apresenta sensivelmente 300.000 €uros em investimentos vários desta natureza, e prevê angariar em sede de Derrama cerca de 900.000 €uros. Ourém é assim, um concelho que contrariamente a outros não atrai empresas, nem há vontade de o fazer. O tecido empresarial tem pois razões de queixa desta gestão e se não fosse composto por gente dinâmica e empreendedora, já o nosso Concelho teria graves problemas sociais. -----

Consideramos que o documento em análise é medíocre porque não faz qualquer referência a eventuais e necessários nós de ligações às principais vias atravessam e irão atravessar o nosso Concelho. Tal preocupa-nos ainda mais quando há necessidade de fazer estas ligações aos nossos principais pólos empresariais. -----

O documento também não faz qualquer referência à necessária revisão do PDM, pois consideramos se tratar de uma matéria de reanálise urgente por forma a colmatar um mau PDM. -----

Pelas razões apontadas, consideramos que o Orçamento e as GOP's propostas irão contribuir para mais um ano de estagnação do Concelho, prejudicando os seus cidadãos e em especial o seu tecido empresarial. Trata-se de Orçamento de RESSACA após um período de forte despesismo em obras de fraco retorno." -----

----- De seguida, teceu as seguintes considerações: "- Pessoal apenas cresce pouco mais de 2%. Interessa saber qual foi o número médio de pessoal ao serviço em 2005 e 2006. -----

Não haverá aqui alguma transferência de pessoal para outras empresas municipais? -----

- Capacidade de endividamento – pretendia que fosse esclarecido uma vez que o documento não é muito esclarecedor. Página 88 – Capacidade de endividamento por utilizar – 10,90% Capacidade de endividamento utilizado 110,90% -----

- Depois de um ano de grande tragédia florestal ocorrido no passado Verão, registamos com algum espanto a quebra de investimento do Executivo em Protecção Civil (cerca de - 46%!)." ---

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, teceu algumas considerações: -----

- Opinião de que, apesar das dificuldades passadas, o Orçamento foi concebido de forma equilibrada relativamente a todo o concelho, nunca podendo ser considerado de medíocre. -----

- Foi ainda da opinião de que a Câmara Municipal não deve criar obstáculos aos empresários, mas, antes incentivá-los ao tornar mais célere a apreciação quer de processos quer de projectos. Além disso, a mesma deve pugnar pelo surgimento de novos empresários. -----

- Relativamente ao orçamento previsto para a cidade de Fátima, considerou-o positivo dada a manifesta preocupação em melhorar a área urbana, nomeadamente a envolvente à nova Basílica e a Estrada de Minde, isto se, conforme afirmou, os projectos forem concretizados durante este mandato autárquico. -----

- Já no que concerne ao orçamento previsto para as Juntas de Freguesia, manifestou a sua preocupação face à diminuição das verbas destinadas àquelas. -----

No seu entender e mediante a realidade de cada Junta de Freguesia, tanto assinatura de Protocolos como a Delegação de Competências deve continuar a ser um facto, porém, a Câmara Municipal deve fiscalizar se as verbas protocolares são de facto investidas nas diversas áreas previstas no Protocolo. -----

= **LUÍS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, apresentou o seguinte documento: "Consulto o documento disponibilizado pela Câmara e confesso a minha incapacidade para me aperceber do seu conteúdo e que penso se poderia traduzir numa resposta a algo muito simples: o que vai a Câmara fazer e porque o vai fazer? Porquê esta dificuldade? -----

Pensando um pouco e analisando este documento, há que dizer que ele é susceptível de uma multiplicidade de críticas designadamente ao nível dos seguintes elementos: -----

- Suporte; -----

- Conteúdo; -----

- ligação entre elementos do conteúdo; -----
- ligação com o passado, isto é com o documento que o precedeu; -----
- não consideração de decisões tomadas durante o ano; -----
- falta de informação e esclarecimento quanto a decisões tomadas e -----
- presença de opções disparatadas. -----

Vejam os cada um destes elementos mais detalhadamente. -----

### **1) Crítica ao suporte utilizado** -----

Pode ser o mais vulgarmente utilizado, mas um documento em formato PDF (Portable Document Format) não será o mais recomendado para uma organização onde se torna necessário proceder ao seu exame, crítica e utilização de alguns elementos. O PDF não facilita a reutilização de textos e não permite usar os quadros de dados. Teria sido preferível um documento Word para o texto acompanhado por ficheiros de dados em folha de cálculo, utilizando eventualmente tabelas dinâmicas e indo a um nível de desagregação maior. -----

### **2) Crítica ao conteúdo** -----

O conteúdo é repetitivo e baseado em categorias que, embora podendo ser as exigidas a nível de aparelho de estado, não são as mais apelativas no seu tratamento nem em momento de divulgação a pessoas com uma formação menos institucional. -----

Até posso admitir que este é o tipo de orçamento mais vulgar, mas não me sinto esclarecido pelo documento utilizando as rubricas que usa e não me dando informação sobre o que contribui para elas. -----

### **3) Crítica à articulação entre elementos do documento** -----

Trabalho numa escola que foi responsável pela formação de alguns dos mais prestigiados dos dirigentes do nosso país e das empresas, um dos quais, por exemplo, se arrisca a ser o presidente eleito (para mal dos nossos pecados). Aí costumamos dizer às pessoas que têm de apresentar trabalhos com componente textual e resultados: «não se preocupem em apresentar muitos quadros; não apresentem qualquer quadro ou gráfico sem um comentário ao mesmo em texto (se um quadro não merece um texto a acompanhá-lo por que razão figurará no

relatório?); preocupem-se muito com a integração entre as várias peças, com a sua articulação...» -----

Olhando para este documento, vemos que não respeita qualquer regra deste género. Despejam quadros, juntam-nos, repetem-nos sem que a informação disponibilizada traga mais qualquer coisa. E a agravar tudo isto o facto de não se descortinar articulação entre os vários elementos. Por exemplo, o documento apresenta uma análise SWOT. -----

Não vamos discutir a sua correcção, aquilo até pode ser verdade. O problema é que não se descortinam quaisquer medidas como resposta ao que resulta da análise. Então existem todas aquelas ameaças, todos aqueles pontos fracos? E que vai fazer a Câmara para lhes responder? Nada, é a resposta. Então aquela análise é inútil, está ali para encher, está ali para fingir que se está a cumprir alguma norma ... -----

#### **4) Crítica à ausência de ligação com o passado** -----

O orçamento do ano anterior previa todo um conjunto de realizações que acabaram por não ser executadas. O que aconteceu aos projectos do ano anterior que não foram implementados? Mesmo que sejam para não implementar neste ano, isso deveria ser dito neste documento. Exacto, o que aconteceu ao solar do medieval, ao comboio turístico do Agroal, ao núcleo de astronomia no moinho? Por que não foi divulgado um documento de execução do anterior orçamento? O que foi feito? O que não foi feito? Quanto representa no total o que não foi realizado? Em que medida foram ultrapassadas outras rubricas consideradas no anterior? -----

#### **5) Crítica à não consideração de decisões tomadas durante o ano** -----

O que vai passar-se com a capela de São Sebastião que tem a promessa de ir ser restaurada? Foi simbolicamente adquirida por um euro para a deixarem cair? -----  
Ter-se-ão também esquecido do fontanário da Rua Santa Teresa de Ourém? Mas decidiram em reunião da Câmara integrá-la nas obras de conservação ... -----

#### **6) Crítica à falta de informação e esclarecimento nas decisões tomadas** -----

Todos sabemos que anualmente a Câmara procede a transferências de fundos para as Juntas de Freguesia que vão apoiar o desenrolar da sua actividade. Conhecemos um montante global. Mas era importante sabermos quanto vai receber cada freguesia. E a que se destinam essas

verbas? A Câmara faz um pequeno exercício quanto a redes de estradas, mas o montante especificado é apenas uma pequena parte do que as freguesias vão receber. A que se destina o restante? E que palavra têm sobre isto as juntas de freguesia? Eu tenho na minha posse elementos das mesmas que divulgarei na próxima semana que me indicam que as suas necessidades parecem ultrapassar em muito o valor das verbas que a Câmara considerou. Como chegou a Câmara a esses valores? -----

Outro caso de falta de esclarecimentos é o que respeita ao projecto Leiria Digital. Este projecto tem uma página na Internet na qual se identifica o seu responsável, o Eng. Vítor Távora, o qual ainda brinda os que consultam a página com um endereço electrónico para contacto. Resolvi por isso interrogar o sr. Eng. Sobre o estado actual do projecto, eventuais atrasos e o que entraria em exploração em 2006. É que havia a promessa de serem desde já utilizados alguns módulos no início do ano, mas subsiste a ideia de que poderá estar atrasado. A verdade é que tal contacto não mereceu qualquer resposta por parte do responsável do projecto. O nosso país está assim, as pessoas pensam que estão em certos lugares e não têm que responder a quem se lhes dirige, não têm consciência de efemeridade da sua existência e do seu poleiro. Mas a verdade é que a Câmara também se prepara para gastar 500 000 euros neste projecto e nada nos diz sobre o mesmo. O que vamos ter? Quando vamos ter? Já vai existir alguma coisa em 2006? É que o documento prometia módulos em funcionamento logo no primeiro ano ... Quanto é que já pagaram em nome do projecto? -----

#### **7) Crítica a opções disparatadas** -----

A agravar o que não se diz, o que se diz mal e estrutura mal, surge a consciência de que aquilo que se vê não é o melhor para o povo do nosso concelho. E lá vem em primeiro lugar o disparate dos novos Paços do Concelho concebido como se não existisse qualquer impacto do Leiria Digital sobre o modo como a Câmara vai organizar-se para responder ao seu negócio. Lá vem a inenarrável Cozinha Central que só vai servir para alimentar mal as nossas crianças, mas fazer crescer os rendimentos nas mãos de quem ganhar o projecto. E lá vem uma vergonhosa verba destinada á prevenção a nível de incêndios sob a rubrica «Limpeza de Matas» que parece acreditar que os fogos deste ano terão operado essa limpeza. -----

Em resumo, trata-se de um documento muito mau, correspondendo a uma perspectiva sem a menor preocupação com a resolução dos problemas do povo do concelho de Ourém e, por isso, a organização que aqui represento só pode votar contra o mesmo.” -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, manifestou o seu agrado face ao esforço da Câmara Municipal relativamente ao investimento feito naquela Freguesia, quer a nível das obras de saneamento básico quer a nível do asfalto de diversas vias. -----

Registou também o facto do documento em análise prever mais investimentos na Freguesia da qual é Presidente, ou seja, a edificação do complexo escolar e as obras na estrada que liga Alburitel a Fungalvaz. Esta é uma via que, no seu entender, é fundamental dado servir ambas as Freguesias e proporcionar um percurso mais rápido para quem pretenda deslocar-se entre Alburitel e Assentiz. -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, e antes de apresentar o documento abaixo transcrito, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre: “Gostaria de ver esclarecidas 2 questões relativamente à apresentação que acabámos de ver: -----

1) Explicação concreta, que penso não ter ouvido ... talvez tenha estado desatenta, sobre os 1000 e tal por cento de aumento no que toca à iluminação ... (penso que foi o slide 26?) -----

2) Também sobre um dos primeiros slides, disse que a requalificação de Aljustrel será feita de outra forma que não o GTL, que este foi abandonado. -----

Gostaria de saber qual foi a razão do abandono da criação deste gabinete. E deixar aqui registado, como fatimense, a preocupação com esta aldeia histórica, que não espelha harmonia. Pelo que peço ao Sr. Presidente que não esqueça estas realidades, seja por um GTL ou de qualquer outra forma.” -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara informou de que a requalificação da aldeia de Aljustrel não será descurada, porém, será algo a ter em conta no âmbito da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

Documento: “Após ouvidas as explicações do Sr. Presidente, e sobre este documento somos chamados para nos debruçar sobre contas, orçamentos e afins. -----

Por entre páginas e páginas do POCAL, foi definida uma clara bissectriz entre desenvolvimento sustentável e acessórios, entre rigor e esbanjamento, entre o possível e o desejável. -----

Convido os presentes num pequeno exercício de reflexão. -----

**Ponto de reflexão nº1 – A origem das coisas** -----

Pela primeira vez, a lei 42/98, no que se refere ao cálculo dos Fundos Municipais transferidos do Orçamento de Estado, não foi cumprida pelo executivo nacional, que decidiu pela machadada nas contas das autarquias. A velha história de (des)encantar remonta a números que são mais que isso, são realidades de um país que ficam por fazer à falta deles. -----

A Lei das finanças locais não foi cumprida. Partidarites à parte, a Lei é para ser cumprida. Seja que partido for. Discuta-se a Lei, mude-se a Lei (se for caso disso), mas cumpra-se a Lei. -----

Quanto é que isto traduz? 55,5 milhões de euros a menos do que seria a normal aplicação da Lei. -----

Mas vamos somando. -----

Os descontos dos municípios para a Caixa Geral de aposentações passa de 10% para 13% ... contabiliza 30 milhões a menos para os municípios. -----

O ano não está fácil. -----

Não vamos esquecer o famigerado aumento de IVA de 19% para 21% ... ainda em milhões, são mais 25 milhões de acréscimo das contas na despesa. -----

Contas redondas são 110 milhões a menos nas contas dos orçamentos das autarquias ... um dos habituais pagadores da factura do défice ... -----

Restar-nos-á sonhar com a atribuição de um ou outro contrato-programa, que tem tanto de caprichoso como de arbitrário, saído directamente do bolo de 200 milhões de euros, cozinhado em conselho de ministros. -----

**Ponto de Reflexão n.º2 – Nós por cá** -----

Pode haver quem não compreenda que se paguem investimentos realizados. Mas é assim que as coisas funcionam. Fazem-se ... Pagam-se! Pode haver quem considere que a aposta na educação não é um investimento prioritário, nós por cá pensamos precisamente o contrário. Consideramos prioritária a educação, formação e valorização humana, com condições para o efeito para construir uma sociedade mais justa e mais democrática. O pior inimigo da

democracia é a ignorância. -----

Pode-se colocar em causa formas de financiamento, o que é certo é que sem ovos geralmente não há omeletes. Pode ser que um desses tais contratos programas, resolvam formas de financiamento tão criticadas. -----

Também por aí se ouve que o município teve «falta de ambição» a garantir o desenvolvimento equilibrado de todo o território ... Talvez com outros tipo de propostas fossemos capaz de chegar a melhores resultados ... curiosamente outras propostas não apareceram em reuniões para o efeito?!... pois é ... -----

E o PSD considera que mais que investimentos que garantam equilíbrios numéricos, importante é ter investimentos sustentáveis. -----

Quanto aos novos Paços do Concelho, eles deveriam ser considerados **desígnios concelhios**. Bem como a requalificação da Avenida D. José Alves Correia da Silva, e todos os investimentos efectuados para serviço de toda a comunidade, tenham embora que ser pagos: as piscinas de Caxarias, pavilhão do Caneiro, Estádio Municipal, Parque Linear, o Saneamento! ... etc.. -----

Todos estes investimentos são **desígnios** para o Concelho, passando pela educação, desporto, turismo, ambiente e urbanismo, estão consagradas opções entre o real e o imaginário. -----

**Ponto de reflexão n.º3 – Avaliação de contas** -----

Dizem os especialistas que, importante num plano contabilístico é ter a despesa corrente muito abaixo da despesa de capital. Este orçamento é prova disso. -----

Na análise dos documentos apresentados constatámos que a capacidade de endividamento da autarquia se situa nos 110%, claramente acima da totalidade do percentil. Outra vez o défice. – Coisa engraçada estes limites ... corrijam-me se estou errada: se a lei for cumprida, então a autarquia apenas utiliza 55,5% do seu endividamento (página 89 do documento), mas caso o governo não cumpra a Lei (!! atente-se o ridículo desta situação) então a/as autarquias estão sufocadas num limite retraído para metade!? -----

E já que estamos numa de alterações, pergunto-me, caso o governo decidisse que o limite era o dobro, então Ourém apenas estaria endividada a 25% ...?!? -----

De facto é muito fácil traçar limites. -----

Após esta viagem à volta das contas das coisas, fica desenhada a moldura orçamental



existente: mais dinheiro houvesse, mais investimento haveria. Mas ainda não se conseguiu o milagre da multiplicação! O investimento abrange vários quadrantes da comunidade nos quais consideramos estarem a ser construídos pilares de sustentabilidade de um concelho equilibrado ... E com optimização de serviços. -----

Destaque para um orçamento de recuperação e equilíbrio de contas e não de ambições desmesuradas. Porque temos os pés assentes na terra. -----

Por tudo o que foi dito o PSD vota favoravelmente a proposta de Orçamento apresentada.” -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA**, apresentou o seguinte documento: “O Sr. Presidente falou do Orçamento e das GOP, porque muitas vezes as câmaras fazem previsões para determinados investimentos que carecem de apoios governativos e muitas vezes os governos não cumprem os prazos, falhando as expectativas criadas pelas câmaras municipais. Por isso, e muito bem, fala nos diversos investimentos ao longo dos quatro anos, que é o tempo de mandato que os ourenses confiaram a este executivo. -----

Falou-se das empresas, e do apoio que a câmara poderia prestar, mas o aumento do IVA de 19 para 21% foi o pior que o governo poderia oferecer às empresas. O esforço dos meios técnicos na câmara municipal é uma resposta muito positiva a todos os empresários e empresas que necessitam de ver as suas licenças aprovadas dentro dos prazos legais. A aposta por parte da câmara municipal na educação (construção de jardins de infância, complexos escolares) também contribui para a qualificação dos jovens que no futuro poderão contribuir para um tecido empresarial mais competitivo e qualificado no concelho de Ourém. --- É esta aposta no futuro que ajudará também as empresas no mercado cada vez mais competitivo, e a necessitar de massa humana bem qualificada. -----

Nas duas vertentes, educação, cultura, desporto e tempos livres, com uma dotação de 25% no orçamento, é sem dúvida uma aposta do executivo na formação, qualificação e desenvolvimento pessoal de cada ourense que terá boas repercussões no futuro deste concelho.” -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria com seis votos contra e uma abstenção.** -----

----- De seguida, foram apresentadas as seguintes declarações de voto: -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta, apresentou a seguinte

declaração de voto devidamente assinada por todos os Presidentes de Junta eleitos pelo Partido Social Democrata: “Nós, Presidentes de Junta eleitos pelo P.S.D. abaixo assinados, declaramos que votámos favoravelmente o Orçamento e Documentos Previsionais para o Ano Económico de 2006, em virtude de termos uma concepção global do concelho de Ourém e o Orçamento ser o instrumento financeiro essencial para o regular funcionamento da autarquia. – Contudo, não podemos deixar de demonstrar o nosso descontentamento pelo facto das verbas a atribuir às Juntas de Freguesia terem sido significativamente reduzidas, não podendo nós realizar cabalmente os Projectos a que nos propusemos. ----- Esperamos pois, que a Câmara Municipal seja sensível à nossa chamada de atenção e que, caso seja possível ao longo do ano de 2006 sejam canalizadas verbas para as Juntas de Freguesias para colmatar os cortes em causa.” -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, apresentou a seguinte declaração de voto: “À semelhança dos reparos efectuados na aprovação do orçamento relativo a 2005 o Grupo Municipal do CDS/PP é de opinião que o orçamento para o ano de 2006 bem como as GOP não dão resposta aos pontos fracos detectados no estudo estratégico sobre o concelho de Ourém. -----

Assiste-se a um aumento significativo das verbas consignadas à educação, no entanto, considerando a evolução demográfica no sentido do envelhecimento da população e recessão demográfica em algumas freguesias não se compreende a diminuição das verbas relativas à acção social na Previsão Grandes Opções do Plano de 2006 a 2009 conforme está espelhado na pág. 95 e o não planeamento de outros projectos para dar continuidade e apoio ao esforço desenvolvido por diversas entidades Particulares de Sociedade Social tanto a nível de Despesa Corrente e apoios ao investimento. -----

Ainda nesta temática, um problema que está patente nas freguesias onde se assiste ao envelhecimento da população e recessão demográfica prende-se com as acessibilidades à sede do concelho. Esta dificuldade não se prende com as vias de comunicação, mas prioritariamente com a criação de alternativas logísticas aos meios de transporte públicos dentro dos moldes tradicionais, por forma a possibilitar numa perspectiva de continuidade, e não apenas esporadicamente, o acesso aos equipamentos desportivos e culturais existentes, pelos munícipes que não dispõem de meios de transporte autónomos, o que torna o acesso a

esses mesmos equipamentos impraticável.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.09 – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO: «PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE», NOS TERMOS DA ALÍNEA J), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, nos termos legais referidos em epígrafe e no início de cada mandato autárquico, a Assembleia Municipal deverá diligenciar no sentido de proceder à constituição da *Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente*. -----

----- Foi ainda da opinião de que a Comissão deveria continuar a ser formada por quatro membros constituintes dos vários Grupos Municipais com assento neste Órgão deliberativo, o que mereceu consentimento geral. -----

----- Assim, questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão deliberativo, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs os nomes dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Carina João Reis Oliveira – efectiva; -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira – efectivo; -----

----- José Maria do Vadre Castelino e Alvim – suplente; -----

----- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes – suplente. -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, propôs os nomes dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- António Ribeiro Gameiro – efectivo; -----

----- Joana Luísa Abreu de Figueiredo – suplente; -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, não apresentou qualquer proposta. -----

= **LUIS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

----- Sérgio José Ferreira Ribeiro – efectivo. -----

----- Face ao exposto, a **Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente** terá a seguinte constituição: -----

----- **Grupo Municipal Social Democrata – PSD** -----

----- Carina João Reis Oliveira – efectiva; -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira – efectivo; -----

----- José Maria do Padre Castelino e Alvim – suplente; -----

----- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes – suplente. -----

----- **Grupo Municipal do Partido Socialista – PS** -----

----- António Ribeiro Gameiro – efectivo; -----

----- Joana Luísa Abreu de Figueiredo – suplente; -----

----- **Grupo Municipal do Partido Comunista Português – CDU** -----

----- Sérgio José Ferreira Ribeiro – efectivo. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.10 – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO: «EDUCAÇÃO, SAÚDE, CULTURA E DESPORTO», NOS TERMOS DA ALÍNEA J), DO N.º1, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, nos termos legais referidos em epígrafe e no início de cada mandato autárquico, a Assembleia Municipal deve proceder à constituição da *Comissão de Educação, Saúde, Cultura e Desporto*.

----- Foi ainda da opinião de que a Comissão deverá permanecer com quatro membros integrantes dos vários Grupos Municipais com assento neste Órgão deliberativo, o que mereceu consentimento geral. -----

----- Assim, questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão deliberativo, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs os nomes dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Francisco António Dias Vieira – efectivo; -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques – efectiva; -----

----- Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco – suplente; -----

----- Jorge Manuel Reis Heleno – suplente. -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, propôs os nomes dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira – efectiva; -----

----- Avelino da Conceição Subtil – suplente; -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

----- Maria Celeste Gonçalves Henriques – efectiva; -----

= **LUIS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

----- Sérgio José Ferreira Ribeiro – efectivo. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi da opinião de que esta Comissão deveria ter na sua constituição um membro do Grupo Municipal Democrata Cristão dado que esta bancada não integra a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente. -----

----- **Face ao exposto e após se ter concluído maioritariamente que o Grupo Municipal Democrata Cristão integraria a *Comissão de Educação, Saúde, Cultura e Desporto*, a mesma passou a ter a seguinte constituição: -----**

----- **Grupo Municipal Social Democrata – PSD** -----

----- **Francisco António Dias Vieira – efectivo; -----**

----- **Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques – efectiva; -----**

----- Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco – suplente; -----  
 ----- Jorge Manuel Reis Heleno – suplente. -----  
 ----- Grupo Municipal do Partido Socialista – PS -----  
 ----- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira – efectiva; -----  
 ----- Avelino da Conceição Subtil – suplente; -----  
 ----- Grupo Municipal Democrata Cristão – CDS/PP -----  
 ----- Maria Celeste Gonçalves Henriques – efectiva. -----  
 ----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.11 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A «COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS», NOS TERMOS DO ART.º15º, DA LEI N.º14/2004, DE 8 DE MAIO – (GRELHA A).** -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que nos termos legais acima citados, a Assembleia Municipal deve providenciar pela eleição de um Presidente de Junta de Freguesia que integrará a *Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, senhor Manuel Lourenço Dias. -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Espite, senhor João Pereira Trezentos. -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, senhor Filipe de Jesus Janeiro. -----

= **LUIS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira, senhor António Marques das Neves. -----

----- De seguida procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta e um (31)** -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros – dezanove votos (19)** -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Espite – oito votos (08)** -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio – um voto (01)** -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Urqueira – um voto (01)** -----

----- **Branco – dois votos (02)** -----

----- Verificados os resultados, foi eleito por maioria o Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, senhor MANUEL LOURENÇO DIAS, para integrar a **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.12 – ELEIÇÃO DE «UM REPRESENTANTE PARA INTEGRAR A COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE», NOS TERMOS DA ALÍNEA F), DO N.º1, DO ART.º12º, DO DECRETO-LEI N.º335/93, DE 29 DE SETEMBRO – (GRELHA A).** -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, nos termos legais acima citados e no início de cada mandato autárquico, a Assembleia Municipal deve providenciar pela eleição do seu Representante para integrar a **Comissão Concelhia da Saúde**. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor Mário João de Oliveira Santos. -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhora Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva. -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhora Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva. -----

= **LUIS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor Sérgio José Ferreira Ribeiro. -----

----- De seguida procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta e um (31)** -----

----- **Mário João de Oliveira Santos – dezassete votos (17)** -----

----- **Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva – doze votos (12)** -----

----- **Sérgio José Ferreira Ribeiro – um voto (01)** -----

----- **Nulos – um voto (01)** -----

----- **Verificados os resultados, o membro da Assembleia Municipal, senhor MÁRIO JOÃO DE OLIVEIRA SANTOS foi eleito por maioria para integrar a *Comissão Concelhia de Saúde*.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.13 – ELEIÇÃO DE «DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO», NOS TERMOS DA ALÍNEA C),**



**DO N.º4, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, nos termos legais referidos em epígrafe e no início de cada mandato autárquico, a Assembleia Municipal deverá diligenciar no sentido de eleger dois dos seus membros para integrarem o *Conselho Municipal de Educação*. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão deliberativo, verificou-se a seguinte intervenção: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou uma lista de consenso com o Partido Socialista – *Lista A*, a qual é composta pelos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Manuel Tavares Lopes; -----

----- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira. -----

----- De harmonia com a proposta apresentada, procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta e um (31)** -----

----- **Lista A – vinte e oito (28)** -----

----- **Branco – três votos (03)** -----

----- **Verificados os resultados, os membros da Assembleia Municipal, senhores MANUEL TAVARES LOPES e MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA foram eleitos por maioria para integrarem o *Conselho Municipal de Educação*.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.14 – ELEIÇÃO DE «QUATRO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO», NOS TERMOS DA ALÍNEA L), DO ART.º17º, DA LEI N.º147/99, DE 1 DE SETEMBRO – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetido pelo Senhor Presidente da *Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém* o ofício número trezentos e oitenta e oito, datado de vinte e cinco de Outubro do ano em curso, solicitando, nos termos legais acima citados, diligências no sentido de que a Assembleia Municipal proceda à eleição de quatro dos seus membros a fim de integrarem a referida Comissão. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão deliberativo acerca das propostas a apresentar, tendo-se verificado a seguinte intervenção: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, e antes de passar à divulgação da proposta, apresentou o seguinte documento:

“Quería deixar umas palavras aos futuros membros desta Comissão, pelos acontecimentos do conhecimento público, muitos deles recentes. Perdoem-me o lado mais emotivo. -----

Falo da Joana (de Portimão), da Vanessa (de Gaia) e da pequeníssima Fátima Leticia (de Viseu) ... que com apenas 50 dias de vida, já experimentou o horror. -----

Nesta, como noutras situações, há opiniosos na busca de culpados. -----

Mas agora não interessa mais. -----

Presto aqui homenagem ao lado mais pequeno da vida, mais indefeso e desprotegido. -----

Para estes seres humanos surgiram Comissões de Acompanhamento de menores e crianças em risco. Comissões estas que não devem entrar em cumplicidade com o lado errado do mundo.

Deixo aqui a recomendação às pessoas que irão integrar esta Comissão, que estejam verdadeiramente atentas às possíveis Fátimas e Vanessas e que tais, que podem encontrar, estejam verdadeiramente protectores e atentos às perversidades ocultas.” -----

----- Seguidamente, apresentou a seguinte lista em consenso com o Grupo Municipal do Partido Socialista: -----

----- Deolinda de Jesus Lopes Simões – PSD; -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes – PSD; -----

----- Maria Natália de Sousa Freire Nunes – PSD; -----

----- José Augusto Dias dos Reis – PS. -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, informou de que o membro da sua bancada, senhora Maria Celeste Gonçalves Henriques, havia manifestado a vontade de integrar esta Comissão. -----

----- **Face ao exposto, passam a integrar a *Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém* os membros da Assembleia Municipal, senhores:** -----

----- **DEOLINDA DE JESUS LOPES SIMÕES** -----

----- **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES**-----

----- **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES** -----

----- **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS.** -----

----- **O membro da Assembleia Municipal, senhora MARIA CELESTE GONÇALVES HENRIQUES** passará a ser o elemento suplente a integrar a citada Comissão. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.15 – ELEIÇÃO DE «UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DE TOMAR», NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO N.º1, DO ART.º25º, DO DECRETO REGULAMENTAR N.º3/88, DE 22 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, nos termos legais referidos em epígrafe e no início de cada mandato autárquico, a Assembleia Municipal deverá diligenciar no sentido de eleger um dos seus membros para integrar o *Conselho Geral do Hospital de Tomar*. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor Humberto Luís Ferraz Antunes. -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor Elias Dias da Silva. -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhora Maria Celeste Gonçalves Henriques. -----

= **LUIS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor Sérgio José Ferreira Ribeiro. -----

----- De seguida procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta e um (31)** -----

----- **Humberto Luís Ferraz Antunes – dezanove votos (19)** -----

----- **Elias Dias da Silva – oito votos (08)** -----

----- **Maria Celeste Gonçalves Henriques – um voto (01)** -----

----- **Sérgio José Ferreira Ribeiro – dois votos (02)** -----

----- **Branco – um voto (01)** -----

----- Verificados os resultados, o membro da Assembleia Municipal, senhor **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES** foi eleito por maioria para integrar o **Conselho Geral do Hospital de Tomar**. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.16 – ELEIÇÃO DE «UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DE TORRES NOVAS», NOS TERMOS DA ALÍNEA B), DO N.º1, DO ART.º25º, DO DECRETO REGULAMENTAR N.º3/88, DE 22 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, nos termos legais referidos em epígrafe e no início de cada mandato autárquico, a Assembleia

Municipal deverá diligenciar no sentido de eleger um dos seus membros para integrar o *Conselho Geral do Hospital de Torres Novas*. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor Manuel Tavares Lopes. - -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor Joaquim dos Reis Gonçalves. ----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Democrata Cristão, propôs-se a si próprio. -----

= **LUIS MANUEL RIBEIRO VIEIRA**, em nome do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, propôs o nome do membro da Assembleia Municipal, senhor Sérgio José Ferreira Ribeiro. -----

----- De seguida procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta e um (31)** -----

----- **Manuel Tavares Lopes – dezoito votos (18)** -----

----- **Joaquim dos Reis Gonçalves – seis votos (06)** -----

----- **Rui Pedro Marto Pereira – um voto (01)** -----

----- **Sérgio José Ferreira Ribeiro – quatro votos (04)** -----

----- **Branços – um voto (01)** -----

----- **Nulos – um voto (01)** -----

----- **Verificados os resultados, o membro da Assembleia Municipal, senhor MANUEL TAVARES LOPES foi eleito por maioria para integrar o *Conselho Geral do Hospital de Torres Novas*.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.17 – ELEIÇÃO DE «UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º2, DO ART.º154º, DO DECRETO-LEI N.º338/2001, DE 21 DE DEZEMBRO – (GRELHA A). -----**

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que, nos termos legais referidos em epígrafe e no início de cada mandato autárquico, a Assembleia Municipal deverá proceder à eleição de um Presidente de Junta de Freguesia que representará as dezoito Juntas de Freguesia no *Conselho Cinegético Municipal*. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste Órgão, verificou-se a seguinte intervenção: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, senhor José Custódio Ribeiro Faria. -- -----

----- Não se registando qualquer outra proposta, procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta (30)** -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Seiça – vinte e seis votos (26)** -----

----- **Branco – quatro votos (04)** -----

----- **Verificados os resultados, foi eleito por maioria o Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, senhor JOSÉ CUSTÓDIO RIBEIRO FARIA, para integrar o *Conselho Cinegético Municipal*.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.18 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----**

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, não se tendo porém verificado qualquer pedido de intervenção. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO